

Amigos favorecidos?

Há quem diga — e não são poucos — que a atual rodada de negociações entre o Ministério da Fazenda e os governos estaduais para rolagem das dívidas dos Estados é mais um capítulo da interminável novela do socorro financeiro que, periodicamente — e lá se vão 15 anos —, a Nação inteira é convocada a prestar, sem saber. Haveria, no caso, um escondido conluio de interesses políticos entre o



Crítérios técnicos válidos embasam atual rolagem da dívida dos Estados

Executivo federal e os governadores amigos, para que esses sejam premiados com mais dinheiro público para investir em suas gestões e ganhar sobrevida política, diante dos eleitores, como administradores bem sucedidos. A rolagem das dívidas por 30 anos e pagamento à vista de 20% dela seriam, na interpretação desses críticos, a vestimenta a encobrir a trama diabólica. Seria isso verdade? A intenção do presidente FH seria mesmo salvar os amigos e deixar os demais governadores falirem? Vamos aos fatos.

Nesta segunda rodada (a primeira, no início do ano, fracassou) o governo FH fechou acordos com os governadores de Mato Grosso (PDT), Rio Grande do Sul (PMDB) e Minas Gerais (PSDB), concluindo com São Paulo (PSDB) e dando ajuda financeira à Alagoas (PMDB) sem firmar acordo. Antonio Brito, Eduardo Azeredo e Mário Covas são governadores amigos, é verdade, mas também os que detêm — além do Rio de Janeiro (PSDB), também

amigo, mas sem acordo — as mais elevadas dívidas mobiliárias.

Há aí uma explicação técnica: a dívida mobiliária (decorrente da emissão de títulos) requer solução mais rápida porque ela cresce à velocidade espantosa dos juros de mercado e sua rolagem diária faz com que toda a poupança do Estado seja consumida inutilmente com pagamento de juros, deixando o governador sem re-

ursos para investir ou pagar compromissos financeiros. Permitir que a dívida mobiliária cresça de forma explosiva é o caminho mais curto para torná-la impagável. Esse é um dos motivos que levaram o governo federal a dar prioridade a acordos com esses Estados que, coincidentemente, são os amigos.

É possível argumentar que outros governadores estão em situação financeira mais desesperadora, com salários do funcionalismo atrasados há meses e sem dinheiro para manter hospitais e escolas funcionando ou pagar contas de luz, água e telefone de prédios públicos. A prioridade não deveria ser dirigida para eles?

Com esse perfil há três casos e tratamentos diferentes. O governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, não é propriamente um amigo, mas arrancou do governo FH um acordo que lhe deu fôlego para governar. Passou meses com o estado literalmente falido, sem escolas, hospitais, polícia e sob ameaça de intervenção federal,

por iniciativa do Poder Judiciário. Demitiu funcionários, começou a vender empresas, melhorou a arrecadação de impostos e criou condições para negociar seu débitos e conseguir empréstimo federal para reiniciar a gestão. Divaldo Suruagy também não é amigo próximo, mas Alagoas chegou a tal estado de calamidade que o governo federal acabou socorrendo-o com dinheiro da Caixa Econômica Federal. Porém, não antes de exigir medidas concretas de enxugamento dos gastos. No caso de Alagoas não houve acordo de alongamento de dívidas e, dinheiro novo, Suruagy só o terá mediante provas de que tomou providências para aumentar receita e reduzir despesas.

O terceiro caso, o Espírito Santo, aproxima-se rapidamente da situação de falência de Mato Grosso e Alagoas. O governador Vítor Buainain, do PT e oposição a FH, não conseguiu um centavo do governo federal. Há meses está com um pedido de empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sem aprovação. Pressionado pelo patulhamento de seu próprio partido, que não o deixa demitir funcionários, vender estatais ou cortar despesas, Buainain não consegue desenvolver ações de governo para cumprir as condições exigidas pelo Ministério da Fazenda para receber socorro financeiro. Os salários do funcionalismo estão atrasados há três meses e o total da folha de pagamento é maior do que a receita tributária. Ou seja, se não demitir, Buainain é obrigado a gastar tudo que arrecada com o funcionalismo e ainda fica devendo. Nada sobra para escolas, hospitais e polícia. O BNDES está disposto a liberar R\$

300 milhões, mas exige do governador o fim de benefícios adicionais aos salários, a criação de um Programa de Demissão Voluntária e de um fundo de previdência para aliviar a folha de pagamento de forma permanente. Buainain concorda, mas o PT não deixa.

Há, portanto, explicações, que tangenciam bem de perto a lógica, para argumentar que o Ministério da Fazenda vem dando à questão tratamento técnico e não político, quando, eventualmente, dá prioridade aos governadores amigos. Também os que não são amigos próximos. Para esses, o critério tem sido a iminência da falência. Suruagy, por exemplo, conta em alto e bom som que, deliberadamente, atrasou o pagamento ao Judiciário porque só assim conseguiria ser ameaçado de intervenção federal e chamar a atenção para seu Estado. Conseguiu dinheiro mas teve que ceder às exigências da Fazenda. Buainain não conseguiu porque não cedeu.

Há uma visível determinação do governo FH de evitar uma situação de caos nos Estados. Mas seria injusto com 150 milhões de brasileiros se o governo FH continuasse alimentando a corrida ao endividamento irresponsável dos Estados, que prevaleceu no passado, sem exigir nenhum pagamento da dívida nem forçá-los a buscar o equilíbrio de suas contas. Há 15 anos a cena se repete: corda no pescoço, o governador vai à Brasília, troca favores políticos com o presidente e consegue transferir seus débitos para o sucessor ou, pior, a União. No final, a conta acaba sendo paga pelo conjunto da população.